TL2201-61

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

Comissão constituída para apoiar as posições de Fretilin na Sessão sobre **Timor Leste** do Tribunal Permanente dos Povos

Commission constituted to support the positions of Fretilin in the Session on **East Timor** of the Permanent Peoples Tribunal

DOC.Nº6

1.CARTA DE JOSÉ MARTINS, PRESIDENTE DO KOTA, AO SECRETÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS

2.RELATÓRIO A SUHARTO DE ARNALDO ARAÚJO, 1ºGOVERNADOR DE TIMOR APÓS A INVASÃO

Rua Pinheiro Chagas 77, 2.° esq.°
1000 Lisboa Portugal
☎ 57 47 18

O primeiro documento aqui transcrito é uma carta enviada em 29 de Abril de 1976 ao Secretário Geral das Nações Unidas, por M.José Martins. Trata-se do Presidente do KOTA(x) que foi membro da delegação do 'Governo Provisório de Timor' que participou nas deliberações do Conselho de Segurança das Nações Unidas em Dezembro de 1975 (conjuntamente com Guilherme Gonçalves e Mário Carrascalao).

O segundo documento é um artigo de Jill Jolliffe publicado no Canberra Times em 27 de Novembro de 1979 que cita pormenorizadamente um relatório enviado a Suharto por Arnaldo Araújo, Presidente da APODETI (xx), 1º Governador de Timor após a invasão indonésia e actualmente membro do Parlamento Indonésio. O referido relatório data de Junho de 1976.

(x) KOTA - Klibur Oan Timur Aswain - pequeno partido formado em 1975 que se afirmava monarquico e defendia a continuação dos liurais como dirigentes tradicionais. Conjuntamente com a UDT e o Partido Trabalhista deu origem em Atamboa, no mês de Setembro de 1975, ao MAC (Movimento Anti-Comunista)

(xx)APODETI - Partido fundado em 1974 que defendeu sempre a integração de Timor na Indonésia.

TL2201-62

1. CARTA DE JOSÉ MARTINS, PRESIDENTE DO KOTA, AO SECRETÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS

(Carimbo Presidencial)
do KOTA

Sua Exa.
O Secretário Geral das
Organização das Nações Unidas

29 Abril 1979

Excelência,

No dia 16 de Dezembro de 1975 falei perante o Conselho de Segurança das Nações Unidas enquanto Presidente do Partido KOTA. Fui solicitado a fazê-lo pelo Representante Permanente da Indonésia nas Nações Unidas, e no âmbito do programa sobre 'A situação em Timor-Leste'.

Era membro de uma delegação de 3 indivíduos. Os outros eram o Sr. Guilherme Gonçalves e o Sr. Mário Carrascalao, respectivamente representantes da APODETI e da UDT. Os nossos partidos formavam então uma coligação que se opunha à FRETILIN enquanto movimento.

Vim em Dezembro, mas não como homem livre. Fui forçado, como o foram então muitos outros, e enquanto prisioneiro, a ler o que os indonésios tinham escrito. Agora sou um homem livre: Não pretendo dar detalhes sobre a forma como escapei às maquiavélicas mãos dos indonésios. O meu povo, em Timor-Leste, confia em mim para contar a verdade sobre a nossa situação.

As minhas opiniões reflectem os sentimentos e os sofrimentos dos homens e mulheres do meu país que continuam a lutar pela autodeterminação e independência de Timor-Leste. Os que, como eu, foram forçados a atravessar a fronteira para território indonésio, encontram-se presos e compreendem agora a natureza perversa do exército indonésio. Tornamo-nos instrumentos do Governo Indonésio no preciso momento em que, fugindo perante o avanço das forças da FRETILIN, entrámos em território indonésio (na 1ª semana de Setembro de 1975). A desmembrada direcção da APODETI, UDT, KOTA e partido TRABALHISTA depressa se apercebeu de que enquanto procurava 'a liberdade' caímos nas mãos do exército indonésio.

Juntamente com os seus dirigentes, cerca de 10.000 pessoas penetraram também em território indonésio. Gostaria de sublinhar o facto das autoridades indonésias afirmarem que cerca de 40.000 timores tinham procurado refugio no Timor Indonésio, enquanto que, efectivamente, o número real não ultrapassava os 20.000. Também é necessário sublinhar que estes indivíduos não fugiram para território indonésio por pretenderem juntar-se à Indonésia. Não estavam senão à procura de um lugar seguro até poderem voltar às suas casas. Mas também eles caíram nas mãos das autoridades indonésias, e em breve se aperceberam que embora procurando paz só encontravam maus tratos e miséria. Os refugiados foram ou forçados a submeterem-se a treinos militares e a lutar contra a FRETILIN ou a trabalhar sem remuneração para os Indonésios. Os seus bens, como por exemplo, dinheiro, joías, etc. foram confiscados. Logo em Outubro os refugiados queriam voltar a Timor-Leste , mas as autoridades indonésias não os autorizaram a fazê-lo. O governo indonésio estava obviamente a usar 40.000 refugiados como arma política contra a FRETILIN. Sendo isto também um processo para arranjar fundos e auxílio da Cruz Vermelha Internacional e dos governos estrangeiros.

A Declaração de Integração na Indonésia

Isto é uma farsa! A declaração de integração de Timor-Leste na Indonésia é uma farsa porque foi feita em Bali, na Indonésia, a 2 de Dezembro de 1975. Enquanto a FRETILIN fazia a declaração unilateral de Independência de Timor-Leste, em Dili - capital do território - a 28 de Novembro de 1975, o nosso 'Movimento Anti-Comunista' declarava a 'integração' a 1000 Km. de distância, em Bali, no luxuoso Hotel 'Pene da View' que pertence ao Coronel Suglanto, assistente do General Ali Moertopo. Tudo foi uma verdadeira farsa sem um mandato do nosso povo.

A Invasão de Dili

A 17 de Dezembro de 1975, o governo indonésio ordenou a invasão de Dili. 15 aviões 'Hércules', transportando 'boinas vermelhas' dirigiram-se para Timor-Leste; 9 aterraram em Dili e 6 em Bacau. Navios de Guerra desembarcaram, também em 2 lugares, centenas de fuzileiros. Depois da queda de Dili, foi instalado um 'Governo Provisório' fantoche. Predominava a minoria APODETI. Os outros partidos foram escorraçados. Muitos milhares de indivíduos, incluindo apoiantes do KOTA, UDT e APODETI foram fuzilados. Casas foram saqueadas. Os

soldados indonésios levaram tudo o que encontraram: frigoríficos, ventoinhas, camas, caixilhos de janelas, automóveis, bicicletas, etc. Os dirigentes dos partidos pro-indonésios, ficaram sinceramente chocados com tal comportamento. Até os que desde há muito eram partidários da 'integração' ficaram desiludidos e actualmente muitos são os que se opõem abertamente à presença indonésia na território. O dito 'Governo Provisório' é orquestra de um só músico. Arnaldo Araújo é o único que permanece leal aos Indonésios.

Excelência, não quero fazer mais comentários sobre o assunto, uma vez que, durante as várias sessões do Conselho de Segurança, o representante da FRETILIN fez um longo relatório sobre a situação em Timor-Leste. No entanto, estou à disposição de V.Exa., se desejar conhecer mais detalhes sobre o que aconteceu em Timor-Leste. Como Presidente do Partido KOTA, mas acima de tudo como timor, apelo a V.Exa. no sentido de empregar os melhores meios com vista a pôr fim à presença indonésia em Timor-Leste. Asseguro a V.Exa.que, em Timor-leste, todos os partidos estão desejosos de terminar a guerra e de se reconciliarem. Assim, acredito que as forças indonésias se devem retirar e deixar as Nações Unidas assumirem o papel de mediador assim como o de organizarem observadores, incluindo o governo indonésio. Se as forças indonésias não se retirarem imediatamente muitas pessoas continuarão diariamente a morrer.

Carimbo Presidencial do
KOTA

Atenciosamente
(Assinatura Manuscrita de)
José Martins
Presidente do KOTA

2.RELATÓRIO A SUHARTO, DE ARNALDO ARAÚJO, 1ºGOVERNADOR DE TIMOR APÓS A INVASÃO

Canberra Times, 27 Novembro de 1979

Arnaldo Araújo, Ex Governador de Timor-Leste, Informa ao Presidente Suharto

Um relatório escrito a Suharto pelo ex-governador de Timor-Leste, Arnaldo Araújo, veio esclarecer a invasão da ex-colónia portuguesa, em 1975 por parte da Indonésia. Araújo que, no ano passado, foi demitido pelo Governo indonésio, acusa a Indonésia de tratar o seu governo como um 'Governo fantoche' e acusa as tropas indonésias de pilhagens e assassínios indiscriminados. Alerta também, e apenas seis meses depois da invasão, para a possibilidade de uma crise de bens alimentares se nesse sentido não forem tomadas medidas urgentes.

O relatório foi escrito em Julho de 1976, e mais tarde, passado clandestinamente aos refugiados timores em Portugal. Estes só aceitaram a sua publicação após longas negociações, receando represálias contra os que, em Timor, tinham obtido o documento. A demissão de Araújo seguiu-se a repetidos atritos entre ele e o exército indonésio. O relatório traz o selo da Administração do Governo Indonésio em Timor-Leste. O autor lamenta que o seu governo esteja completamenot subordinado ao exército indonésio. O relatório diz que o exército indonésio em Timor-Leste não deposita nenhuma confiança no governo provisório, o qual não tem qualquer autoridade para negociar com aquele sendo por isso um governo fantoche.

Araújo diz que alguns timores tinham saudado as tropas indonésias pensando-as 'libertadoras' mas o apoio destes foi transferido para a oposição quando estas começaram a matar apoiantes dos partidos então pr Indonésios UDT e APODETI.

Araújo disse que:à medida que os acontecimentos se desenrolavam, fi cávamos ainda mais alienados, porque enquanto os dirigentes da APODETI eda UDT eram vilmente massacrados, detidos ou levados para locais desconhecidos, nenhum dirigente da FRETILIN era preso."

Araújo acusou os soldados indonésios de pilhagens sistemáticas e di se: Admitimos que a pilhagem de escritórios privados, departamentos

governamentais e tesouro de Estado possa ser devido a um estado emotivo provocado pela Guerra, mas é difícil de compreender que este persista 6 meses depois, deixando todos numa situação de insegurança cruel, em que podem perder os poucos haveres que escaparam às mãos estrangeiras." Falando do sofrimento das vítimas da guerra, Araújo, um dirigente da APODETI, informou que desde a invasão indonésia não foi feita nenhuma tentativa de retomar a produção agrícola nas áreas controladas pela Indonésia.

Disse: "Desde Dezembro de 1975, que o povo de Timor tem sido apenas consumidor: as circunstâncias exigem que garantamos a segurança dos trabalhadores agrícolas, nas zonas por nós controladas. "O solo deve ser preparado agora para plantar a segunda sementeira de milho, etc. Dia e noite, chegam a minha casa e ao meu escritório viúvas, orfãos, crianças e deficientes pedindo leite e roupas. Não posso fazer mais do que juntar as minhas lágrimas às deles, porque o Governo Provisório não tem nada em seu poder."

Araújo protesta perante Suharto pela facto da Indonésia tomar posse dos primeiros negócios locais, corrupção, uso do Indonésio enquanto língua oficial quando este não é entendido pela maior parte da população, e a ocupação forçada das casas particulares por soldados indonésios e escreveu que "Em DILI, reabriram já 130 escritórios mas nenhum sob a direcção dos seus antigos proprietários, ou de timores, e estão a contribuir para uma inflação de cerca de 500 a 1000%. Os artigos exibidos levantam muitas dúvidas quanto à sua origem."

Sobre o uso da língua indonésia sublinha: "Têm sido dadas instruções no sentido de todos os documentos serem escritos em Bahasa Indonésia ou Tetum. Isto significa que o signatário, por artifício ou tradução que pouco se assemelha ao original, é levado a assinar documentos de importância social ou económica de grande responsabilidade." Sobre a crise da habitação, escreveu Araújo:"Os militares continuam a usar casas particulares deixando livres os barracões do ex-exército colonial, e temos de ter em conta que milhares de refugiados continuam a viver em escolas, departamentos governamentais e clínicos."

Araújo fez uma série de propostas a Suharto que, segundo ele, poderiam incrementar as relações entre os timorés orientais e o exército indonésio. Estas incluíam o uso do português na correspondência oficial interna e a transferênci permanente, para DILI, de quatro oficiais indonésios - A.Sugianto, Mohamad, Ibnu Harjani e Luis Taolin -

baseando-se no facto destes terem boas relações com a população local.

Araújo foi substituído no cargo de Governador, por Guilherme Gonçalves, também dirigente da APODETI. Na altura da sua demissão, no ano passado (1978) foi-lhe oferecido um lugar no Parlamento Indonésio, que aceitou depois de algumas hesitações.